

PF vê fraude de Bolsonaro, faz buscas e prende ex-assessores



O ex-presidente Jair Bolsonaro, ao sair de casa, após a operação da PF nesta quarta (3) Adriano Machado/Reuters

PF vê fraude em cartão de Bolsonaro, faz buscas na casa e prende ex-assessores

Investigação aponta que esquema de inserção de dados falsos foi articulado por Mauro Cid e que ex-presidente sabia; defesa nega

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO A Polícia Federal cumpriu nesta quarta-feira (3) mandado de busca e apreensão em endereço do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de prisão contra alguns de seus mais próximos assessores.

De acordo com a PF, os suspeitos teriam realizado a inserção de dados falsos sobre vacinação do sistema do Ministério da Saúde entre novembro de 2021 e dezembro de 2022.

Em representação ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), a PF apontou Mauro Cid, que foi ajudante e ordens de Bolsonaro, como principal articulador do esquema.

Segundo a PF, Bolsonaro tinha ciência da inserção fraudulenta dos dados no sistema. "Jair Bolsonaro, Mauro Cid e, possivelmente, Marcelo Câmara [assessor do ex-presidente] tinham plena ciência da inserção fraudulenta dos dados de vacinação, se que- dando inertes em relação a tais fatos até o presente mo- mento", diz a investigação.

O ex-presidente negou e disse que a ação da PF em sua casa foi "operação para esculachar".

Foram alvo de mandado de prisão Mauro Cid e Luis Marcos dos Reis, ex-ajudantes de ordens; Max Guilherme de Moura e Sérgio Cordeiro, seguranças de Bolsonaro; Ailton Moraes Barros, candidato a deputado estadual pelo PL-RJ em 2022; e João Carlos de Sousa Brecha, secretário da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ), reduto bolsionista na Baixada Fluminense de onde teria sido operada a fraude.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro também é alvo de investigação, mas Moraes negou pedido de busca e apreensão contra ela. Bolsonaro foi intimado pela PF a prestar depoimento ainda nesta quarta sobre o caso, mas informou que não compareceria à oitiva. O ex-presidente permaneceu na sede do PL em Brasília em reuniões com aliados.

Os investigadores mapearam duas inserções fraudulentas no sistema do Ministério da Saúde. Em 2021, mapearam ação para beneficiar parentes de Cid. Em 2022, os dados teriam sido inseridos para constar que o então presi- dente e os demais beneficia-

rios teriam sido imunizados e assim pudessem emitir certificado de vacinação para viajar aos Estados Unidos.

A inserção dos dados ocorreu em 21 de dezembro, antes da viagem de Bolsonaro aos EUA, indicando como se Bolsonaro tivesse recebido duas doses da vacina Pfizer. Menos de uma semana depois, porém, as informações foram excluídas do sistema. O presidente negou fraude e disse que nunca se vacinou. "A apuração indica que o objetivo do grupo seria manter coeso o elemento identitário em relação a suas pautas ideológicas, no caso, sustentar o discurso voltado aos ataques à vacinação contra a Covid-19", disse a PF.

Os EUA exigem a apresentação de comprovante de vacina contra a Covid para viajantes —uma obrigatoriedade que se encerra no próximo dia 11. Segundo o governo americano, há exceções, como pessoas em viagens diplomáticas ou oficiais de governos estrangeiros. De acordo com a Embaixada dos EUA, fraudar documentos para tentar entrar no país é crime que pode ser punido com multa ou prisão.

A investigação da PF aponta que a chefe da central de vacinação de Duque de Caxias (RJ), Cláudia Helena Acosta Rodrigues, foi quem retirou do sistema do Ministério da Saúde informações que haviam sido adicionadas do ex-presidente, de sua filha Laura, de Cid e de dois familiares do ex-ajudante de ordens da Presidência.

Cláudia Helena teria excluído as informações do sistema em 27 de dezembro. Segundo informações da PF, os dados foram inseridos para que fossem validados e pudessem ser usados para viagens ao exterior. Mas foram excluídos em seguida para que o registro não ficasse visível no sistema.

Procurada, a defesa de Cláudia Helena disse que não vai se manifestar sobre o caso.

As diligências desta quarta foram cumpridas dentro do inquérito das milícias digitais, que tramita no STF e tem Moraes como relator. "Os fatos investigados configuram em tese os crimes de infração de medida sanitária preventiva, associação criminosa, inserção de dados falsos em sistemas de informação e corrupção de menores", afirmou a PF.

No total, foram 16 mandados

“Jair Bolsonaro, Mauro Cid e, possivelmente, Marcelo Câmara [assessor do ex-presidente] tinham plena ciência da inserção fraudulenta dos dados de vacinação, se quedando inertes em relação a tais fatos até o presente momento”

trecho de representação da Polícia Federal ao ministro Alexandre de Moraes

de busca e seis de prisão preventiva em Brasília e no Rio.

Na casa de Mauro Cid, foi apreendido dinheiro em espécie: US\$ 35 mil (cerca de R\$ 175 mil) e R\$ 16 mil. Ele foi ouvido pela polícia, mas preferiu ficar em silêncio. Por ser militar, o tenente-coronel ficará preso no batalhão do Exército em Brasília. O batalhão fica a cerca de 7 km da Esplanada dos Ministérios e sob a tutela do Comando Militar do Planalto.

Moraes também determinou a apreensão dos passaportes dos envolvidos, inclusive o de Bolsonaro. Mais tarde, no entanto, seu gabinete afirmou que o documento de viagem do ex-presidente não seria apreendido, porque a PF não considerou conveniente para a investigação.

Os investigadores já começaram a analisar o material reunido durante as buscas e a tomar depoimento de suspeitos de terem informações sobre a suposta fraude.

Logo após o início da operação, aliados de Bolsonaro se disseram surpresos e perplexos e afirmaram haver caráter político na atuação do STF.

Desde o início de 2020, quando o coronavírus começou a se espalhar pelo mundo, Bolsonaro sempre minimizou os impactos da pandemia. Como presidente, propagou discurso negacionista e usou palavras como histeria e fantasia para classificar a reação da população e da imprensa ao vírus.

Bolsonaro também distribuiu remédios ineficazes contra a doença, incentivou aglomerações, atuou contra a compra de vacinas; espalhou ainda informações falsas sobre a Covid-19 e fez campanhas de desobediência a medidas de proteção, como o uso de máscaras.

Bolsonaro sempre disse não ter se vacinado e manteve o tom nesta quarta-feira.

"Não tomei a vacina. Nunca me foi pedido cartão de vacina [para entrar nos EUA]. Não existe adulteração da minha parte. Não tomei a vacina, ponto final. Nunca neguei isso. Havia gente que me pressionava para tomar, natural. Mas não tomava, porque li a bula da Pfizer", disse o ex-chefe do Executivo.

A Procuradoria Geral da República opinou contra a realização de busca e apreensão na casa de Bolsonaro e Michelle.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4